

CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA
ALGODOEIRA E CAFEEIRA AO DESENVOLVIMENTO
DO MARANHÃO E DE SÃO PAULO¹

Francisco Benedito da Costa Barbosa²

RESUMO

O artigo resulta de uma pesquisa sobre a economia do algodão no Maranhão, no período de 1760 a 1888, e a economia do café em São Paulo, no período de 1817 a 1929. Procura determinar os fatores responsáveis pelos diferentes processos de desenvolvimento ocorridos nesses estados brasileiros, a partir dessas atividades econômicas. Evidencia que o modo da acumulação de capital, a diversificação nos novos investimentos, a introdução de inovações, o uso da política econômica em benefício das classes produtoras, analisadas sob as respectivas condições estruturais e conjunturais, pertinentes às respectivas épocas, foram as variáveis responsáveis pelo comportamento dessas economias, no momento da produção, e, posteriormente, pelo desenvolvimento econômico desses estados.

Termos para indexação: produção algodoeira, produção cafeeira, economia agrícola, desenvolvimento.

CONTRIBUTIONS OF THE COTTON AND COFFEE ECONOMIES
TO THE DEVELOPMENT OF MARANHÃO AND SÃO PAULO

ABSTRACT

The article describes the cotton economy in Maranhão, in the period of 1760 to 1888, and the coffee economy in São Paulo, from 1817 to 1929. The author searches for responsible factors through the different processes of development that occurred in both Brazilian states, concerning these activities. The study analyzes how different variables – as capital accumulation, new investments, introduction of technological innovation and the use of the economic policy for the benefit of the productive classes – considered for both periods and under the respective structural conditions and contextual opportunities, had influence on the behavior of these economies, in the production stage, and subsequently, in the economic development of both States.

Index terms: cotton crop, coffee crop, rural economy, economic development.

¹ Aceito para publicação em agosto de 2005.

² Engenheiro agrônomo, M.Sc. em Planejamento do Desenvolvimento. Secretaria Executiva de Agricultura do Estado do Pará. E-mail: franciscobarbosa@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A pesquisa relacionando a economia algodoeira maranhense, no período de 1760 a 1888, e a economia cafeeira paulista, no período de 1817 a 1930, não se reporta ao passado pelo passado. Ela tem um interesse centrado na atualidade e no futuro, procurando elementos que permitam elucidar questões atuais, assim como ajudar no planejamento do desenvolvimento da economia agrícola, de modo a que esta possa tornar-se sustentável e, assim, constituir um forte fator de desenvolvimento, principalmente para aquelas áreas em que o setor do agronegócio é importante.

O estudo em destaque apresenta um aspecto marcante. Ambas economias tiveram períodos de apogeu, de 1760 a 1820, para o algodão no Maranhão, e de 1886 a 1929, para o café em São Paulo. Porém, apenas a economia cafeeira paulista promoveu um desenvolvimento sustentável a partir do momento favorável da sua acumulação de capital. Quais as causas que fizeram a diferença nesses momentos, entre essas duas economias?

O modo como os agentes econômicos se comportaram foi o cerne da pesquisa, na busca do entendimento das causas e das conseqüências do procedimento dessas economias, de modo a obter-se subsídios para o planejamento do desenvolvimento das economias agrícolas atuais.

O trabalho está delineado em quatro seções. A primeira discorre sobre a implantação, o ápice da economia algodoeira maranhense e a sua fase de declínio. Na segunda seção é feita a abordagem teórica das causas responsáveis por esses dois momentos nessa economia, e a sua impossibilidade em estabelecer um processo de desenvolvimento sustentável no Maranhão. A terceira seção trabalha a economia cafeeira paulista, enfocando o seu período áureo no oeste do estado, com suas respectivas interações para frente e para trás, fatores responsáveis pelo surgimento do denominado Complexo Cafeeiro Capitalista do Oeste de São Paulo. A quarta seção analisa teoricamente quais fatores foram responsáveis pelo desenvolvimento econômico sustentável de São Paulo, a partir desse complexo econômico liderado pelo café.

Na conclusão, buscam-se indicadores que possam servir para o planejamento de setores do agronegócio, com os resultados aqui pesquisados, ao mesmo tempo em que é feito um alerta para a necessidade de se mudar a mentalidade do acaso como fator importante para o desenvolvimento econômico.

A FORÇA ECONÔMICA DO ALGODÃO MARANHENSE

A economia maranhense despontou com a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Esta se originou de proposta da Câmara de São Luís, em 1752, com o objetivo de explorar o comércio da importação de escravos negros. A proposição foi acatada pelo governador-geral do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que, após anuência da classe mercantil de Belém, encaminhou-a ao seu irmão, o ministro do governo português, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal (MEIRELES, 2001).

O governante metropolitano encampou a idéia e ampliou seus objetivos, atendendo os interesses da burguesia mercantil, e do estado português. Criou a companhia de comércio em 1755, tendo o monopólio da navegação, do comércio exterior e do tráfico de escravos africanos. Com ela introduziu melhores técnicas agrícolas e forneceu créditos para os plantios no Maranhão.

Com esse suporte, a agricultura da capitania expandiu-se, apoiada na cultura do algodão, matéria-prima fundamental para a indústria têxtil inglesa, que nesse momento deixara de contar com a produção americana em virtude da declaração da independência das 13 colônias inglesas, em 1776.

Essa condição teve início na segunda metade do século 18 com as exportações de algodão, que aumentaram de 651 para 25.473 arrobas, entre 1760 e 1771. O movimento de navios, no porto de São Luís, inicialmente de três, atingiu 26, em 1788. A expansão da lavoura do algodão, pelo vale do Rio Itapecuru, alcançou a região de Caxias (GAIOSO, 1970).

O algodão tornara-se um dos principais produtos de exportação do Brasil colonial. Em 1780, respondia por 24%, superado apenas pelo açúcar, que liderava com 34% as exportações (PINAZZA; ALIMANDRO, 2000). A força econômica desse período pode ser avaliada quando comparada às exportações das colônias americanas para a Inglaterra, que foram de 1,7 milhão de libras em 1774, valor correspondente a 70% do total das exportações brasileiras (NORTH, 1966).

É bem provável que nessa época a economia brasileira fosse, em tamanho e diversificação, maior que a americana; seria a maior economia do Novo Mundo,

em 3 séculos de colonialismo (CALDEIRA, 1999). Nessa ocasião o PIB per capita do Brasil era de US\$ 61,2; o Maranhão o liderava com US\$ 112, e a Paraíba ficava em último lugar, com US\$ 22,4 (ARRUDA, 1980).

Em 1818, como resultado da política de abertura dos portos estabelecida com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, as exportações maranhenses, com mais de um milhão de libras e movimentando 155 navios, colocaram a economia do Maranhão à frente da de Pernambuco, ombreando-se à da Bahia. Nessa mesma época, o Pará exportava o equivalente a 14% desse valor, e São José do Rio Negro (atual Amazonas), apenas 5%. Essa situação perdurou por mais de meio século, refletindo na melhoria das condições de vida da população, na sua formação social, no aparecimento de uma “elite” econômica e política no Maranhão. Tais mudanças justificaram a denominação de Atenas brasileira para São Luís (SIMONSEN, 1978).

A economia maranhense estava entre as quatro maiores do Brasil. São Luís ganha nova dimensão como a quarta cidade brasileira em população, atrás do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. O Maranhão fornecia ao Tesouro Real mais tributos do que o resto do império português, excetuando-se as capitanias brasileiras (TRIBUZI, 1981). De tal modo que, com a abertura dos portos em 1808, Portugal, perdendo o monopólio comercial, continua a manter a melhor forma que encontrara para extrair excedentes da produção maranhense, o ganho fiscal.

Esse estágio de crescimento socioeconômico deveu-se à peculiaridade do circuito comercial do Maranhão, visto ser uma unidade política autônoma, a maior parte da sua renda era enviada diretamente para a Europa, situação que interessava à política econômica mercantilista portuguesa, e fazendo com que na balança comercial entre capitania e metrópole a economia maranhense fosse superavitária, sobretudo em função das exportações de algodão, que representavam 75% do total no final do século 18 e início do século 19 (CALDEIRA, 1999).

Até o terceiro decênio do século 19 a economia do Maranhão poderia ser denominada “a economia do algodão”. A participação deste produto na exportação variou entre 73% e 82%, e mesmo nos períodos de crise, a partir de 1845, o algodão continuou a ser o mais importante produto de exportação maranhense, até os primórdios do século 20 (CARVALHO, 1982).

Diferentes contribuições da economia algodoeira e cafeeira ao desenvolvimento do Maranhão e...

A expansão econômica vivida pelo Maranhão, entre 1760 e 1820, evidenciou a viabilidade de uma economia sustentável no trópico úmido, em virtude das taxas espetaculares de crescimento econômico. Este foi possível pelo ingresso de escravos, pela amplitude da fronteira agrícola e pelo aquecimento do mercado internacional do algodão.

Todavia, a história viria mostrar que a busca do desenvolvimento sustentável não é tão linear como parecia, visto que esse estágio econômico se caracterizou por duas situações – monopólio externo e base produtiva escravista – as quais não estabeleceram as condições condizentes a uma acumulação de capital, concomitante ao estabelecimento do mercado interno, ambos na colônia, capaz de realizar a reprodução ampliada do capital, diversificada e apoiada em processos inovadores.

Essa economia sustentável não ocorreu e, a partir de 1820, a cotonicultura maranhense perde o ímpeto das décadas anteriores. O retorno dos EUA ao mercado internacional do algodão é feito com produção tecnologicamente mais avançada, refletindo-se no aumento da produtividade e conseqüente queda dos preços, da ordem de 70% entre 1815 e 1820 (ALMEIDA, 1983).

Em 1846, o governo brasileiro passou a incentivar a implantação de fábricas de tecidos de algodão, que começaram a ser montadas na década de 1850. O Maranhão foi pioneiro ao instalar sua primeira fábrica em 1855 (AMARAL, 1958). No entanto, a Bahia liderou o setor até 1875, com 11 unidades instaladas, enquanto o Maranhão continuava com uma, num total de 30 existentes no País (STEIN, 1979).

Durante a Guerra de Secessão americana, 1860-1865, o algodão maranhense teve um novo fôlego no mercado internacional, contudo, os EUA, ao retomarem sua produção, após o conflito, desbancam o Maranhão, que continuava a se debater com os problemas de mão-de-obra e produtividade agrícola, sem conseguir solucioná-los.

Esse quadro manteve-se até a época da abolição da escravatura, quando, segundo Meireles (2001), ocorreu uma loucura industrial, querendo transformar a economia escravocrata agrícola num parque industrial de trabalho livre. De modo que, no início da República, o estado contava com 17 fábricas, sendo uma em Codó, três em Caxias, e 13 em São Luís.

Nessa ocasião o Estado de São Paulo liderava o parque têxtil nacional com 18 unidades instaladas, em virtude de apresentar mercado local em expansão devido à mão-de-obra assalariada do complexo cafeeiro do oeste paulista, e melhores condições agronômicas de cultivo para o algodão (CANO, 1990).

No entanto, a cotonicultura, além de expandir a economia, colocou o Maranhão, em alguns aspectos do negócio do algodão, como pioneiro no Brasil. Foi o primeiro grande produtor e exportador brasileiro de algodão, em fins do século 18 (ALBUQUERQUE, 1980). De 1760 a 1877 as exportações de algodão pelo porto de São Luís atingiram 233.683 toneladas. Abrigou a primeira estação experimental de algodão, em Coroatá. O primeiro descaroçador foi instalado em 1826, na Fazenda Barbados, em Itapecuru, MA (AMARAL, 1958).

O CAPITAL ALGODOEIRO E O DESENVOLVIMENTO NÃO SUSTENTÁVEL DO MARANHÃO

O contexto do Estado e da sociedade de Portugal, à época do apogeu da cotonicultura maranhense, ajuda neste entendimento. Portugal não fez a sua revolução industrial, apesar dos esforços modernizadores do Marquês de Pombal (1750-1777). O país manteve basicamente as técnicas, as práticas econômicas, a organização social e a mentalidade própria do início do seu absolutismo, no século 12, e do seu período áureo de expansão marítima, 1490-1580.

A partir do século 17, em virtude de endividamentos sucessivos da sua monarquia, o Estado lusitano passou a gravitar em torno do Estado inglês, assinando uma série de tratados – em 1642, 1654, 1703, 1808, 1810 –, todos muito desvantajosos para os interesses lusos (AMADO; FIGUEIREDO, 2001).

Sua expansão mercantil e ultramarina era estabelecida em três princípios: conquista, colonização e evangelização. O aparato institucional implantado na colônia brasileira apoiava-se numa estrutura de perfil feudal, com cartas de doação, sesmarias, feudos etc., juntamente com os elementos constituintes e ao mesmo tempo dissolventes da produção mercantil: o capital-dinheiro em sua forma usurária (HIRANO, 1988).

É importante entender-se a lógica dos investimentos a partir do capital mercantil. Segundo Braudel (1966), não havia um ramo de atividade econômica

substancialmente remunerador, capaz de absorver toda a potencialidade do capital mercantil. Daí sua tendência a buscar outros campos de aplicação, refugiando-se na procura de investimentos que conferiam prestígio social, na aquisição de terras como objeto de valor e/ou prestígio, mas também como fator de produção, nas especulações imobiliárias, nas atividades mineiras e, até mesmo, indústria artesanal.

Especificamente, no caso português, esse aspecto alia-se à formação social do português como “um tipo humano que ignora fronteira” e molda a exploração do Novo Mundo a uma ética peculiar, uma ética de aventura na qual se busca a riqueza com audácia, às vezes com imprevidência, não com o trabalho da ética calvinista (HOLANDA, 1997).

No tocante à dinâmica da acumulação de capital no sistema mercantilista, faz-se necessário entender que os dois pontos extremos do circuito do capital aproximavam-se, na medida em que havia imobilização em fatores de produção (ferramentas, máquinas, oficinas etc.), ao mesmo tempo que garantia sua versatilidade, a liberdade para transmitir rapidamente melhores oportunidades de mercado. Por essa razão, tem lugar assegurado, na era do capital mercantil, tanto o trabalho independente do produtor europeu, integrado ou não ao sistema produtivo, quanto o trabalho escravo das plantações tropicais, representando ambos custos elevados para o capital circulante, mas cujos ônus de gerência e reposição ficavam para seus controladores imediatos. No caso maranhense, esses controladores eram os produtores de algodão e comerciantes locais.

A força econômica do Maranhão, 1760-1820, promovida principalmente pela cultura do algodão, ocorreu sob o comércio colonial que integrava o Antigo Sistema Colonial que, por sua vez, fazia parte do chamado “Sistema” Mercantilista, ou, simplesmente, Mercantilismo.³

Este foi um dos fatores responsáveis pelo surgimento dos grandes Estados modernos na Europa Ocidental, contribuindo para que os mesmos monopolizassem os mercados e produtos ao garantir a exploração da compra e venda de mercadorias nas colônias. Por meio de produtos e de comércio favorecido, transferia-se grande quantidade de riqueza para as metrópoles.

³ Doutrina econômica que caracterizou o período histórico da Revolução Comercial entre os séculos 16 e 18.

Nessas condições, a América representava para a Europa, em termos comerciais, a segurança de obter sempre um saldo favorável em seu comércio internacional. Para a burguesia, significava o controle comercial com altos lucros. E, para o Estado, o controle fiscal, garantindo a continuidade do sistema colonial (PRODANOV, 1990).

Para tal, formaram-se poderosas companhias comerciais privilegiadas, com exclusividade de transações entre as várias regiões do mundo. Esse procedimento pautava-se em uma das idéias mais caras ao pensamento mercantilista, a balança comercial, que implicava a identificação entre a economia de um país e a economia de uma empresa mercantil (FALCON, 1989).

O zelo pela balança comercial originava-se do princípio fundamental da economia política defendida pelo mercantilismo cujo foco era a circulação de mercadorias, pautando-se na exportação de produtos excedentes com demanda inelástica na metrópole e a importação de outros com situação inversa nesse mercado. Isso porque o interesse do capital mercantil era se vincular às oportunidades de lucro advindas do rápido giro comercial, ou seja, não ficar imobilizado em capital fixo, inerente ao setor produtivo. É nesse contexto que as colônias representavam um papel decisivo, ao propiciarem altos lucros com pequena imobilização de capital, seja do Estado, seja da burguesia mercantil metropolitana. O ônus dessa expropriação recaía sobre a produção colonial.

O Maranhão estava inserido no contexto mercantilista, aqui iniciado com o funcionamento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Nessa fase, a economia da capitania tinha como objetivo principal acumular capital para a burguesia, e renda, para o fisco, ambos na metrópole portuguesa. Ressalte-se que, mesmo a apropriação desse excedente sendo feita na metrópole, isso não impediu que o progresso econômico deixasse reflexos positivos na colônia, como aqueles demonstrados na seção anterior.

A compreensão dessa apropriação faz-se primeiramente pelo uso do trabalho escravo, que permitia uma dupla extração de excedente econômico, na medida em que era o mercador metropolitano quem vendia esse escravo ao produtor colonial, lucrando uma primeira vez; e depois comprava, a preço de monopólio, a produção encarecida por esse escravo, revendendo-a com exclusividade ao consumidor metropolitano, a preço de monopólio.

Outro aspecto importante diz respeito às inovações, sobretudo dos processos produtivos, o que não ocorria no mercantilismo português, que convivia com o atraso tecnológico e o caráter predatório dos sistemas de produção. A esse quadro some-se que as economias ibéricas já tinham perdido a sua “idade de ouro”, ocorrida no século 16.

Por sua vez, a economia agrícola colonial não era capaz de uma expansão permanente em função do uso da terra e da mão-de-obra, essencialmente extensivas e ineficazes. O solo apresentava queda da fertilidade natural com rapidez, em virtude do manejo não apropriado às condições ecológicas tropicais, e do abastecimento de escravos – que raramente se reproduziam em escala suficiente – fazia-se em velocidade menor do que aumento do preço dessa mão-de-obra (DERMIGNY, 1950).

As grandes lavouras que predominaram na colônia brasileira eram itinerantes, pois o sistema utilizava a fertilidade natural do solo. No Maranhão, as plantações de algodão eram transferidas a cada 3 anos para novas áreas de mata (REZENDE, 2000).

Assim sendo, fica evidente que a economia colonial maranhense pouco podia contribuir para um crescimento econômico sustentável da capitania, visto que, por maior que fosse a riqueza gerada pelo algodão, seu objetivo final era a acumulação primitiva do capital mercantil português. Mais que isso, os maus investimentos oriundos dessa acumulação tornavam insustentável sua reprodução, comprometendo o crescimento econômico da metrópole e da colônia. A própria condição de ser uma unidade produtiva de um sistema econômico cujo poder de acumulação e de investimento estava fora da área produtora impedia que se estabelecesse um processo de desenvolvimento sustentável em seus domínios.

A independência do Brasil não alterou a base socioeconômica que continuou a ser escravista, latifundiária e agroexportadora. No entanto, passou a favorecer os negócios do tráfico de escravos e a acumulação do capital mercantil, desta feita em território nacional, por intermédio da nova elite econômica: os grandes comerciantes e grandes proprietários de terras. Esta manteve procedimentos econômicos semelhantes ao da sua congênere portuguesa.

No Brasil do Segundo Reinado, o imposto de importação, que desde 1828 vigorava em 15%, para atender as exportações inglesas, foi majorado, em 1844, pela tarifa Alves Branco, atingindo índices entre 30% e 60%; para os tecidos, ficou em 50%. Além disso, a importação de máquinas foi isentada desse imposto (LIMA, 1970). Por que a economia algodoeira maranhense não se beneficiou com essas medidas?

O problema estava no custo da mão-de-obra dessa indústria, que era superior ao da indústria capitalista, mesmo com igual técnica, idêntico grau de utilização para o escravo e para o trabalhador assalariado. O pagamento da força do trabalho escravo é estabelecido com total adiantamento, enquanto a remuneração do trabalho assalariado é realizada após seu consumo no processo produtivo. Ademais, a rotação do capital variável é mais rápida do que a do capital fixo representado pelo escravo, que se distende por toda sua “vida útil” (CARDOSO, 1962).

Além disso, a escravidão bloqueava tanto uma maior divisão técnica do trabalho quanto a especialização do escravo. A produtividade do trabalhador assalariado, mesmo em técnicas idênticas, utilizando a capacidade produtiva e preços, haveria de ser muito maior, o que acrescentaria o diferencial de custos. Finalmente, o custo aumentaria com as despesas de vigilância dos escravos.

Não bastassem essas diferenças na industrialização, a produção do algodão maranhense enfrentava problemas de ordem agrônômica, ou seja, menor produtividade quando comparada à dos EUA, que, num contexto de liberalismo econômico, buscava a inovação.

Essas inovações propiciavam ao sistema de produção americano queda nos preços do algodão, os quais se reduziram no mercado internacional, em torno de 70%, mantendo-se nesse nível, com pequenas flutuações, por longo período, durante o século 19 (FURTADO, 2001).

Em verdade, desde 1846, a crise já estava instalada, visto que, um dos aspectos importantes desse sistema de produção, a importação de escravos, começara a se tornar impraticável e, mais que isso, o Maranhão se convertia em exportador da mão-de-obra cativa. Com a expansão cafeeira no sudeste brasileiro, e a extinção do tráfico externo de escravos em 1850, o tráfico interno passou a ser utilizado pela economia agroexportadora do café para solucionar seu problema de mão-de-obra. Essa condição só fez elevar o preço do escravo,

incentivando os mercantilistas maranhenses a participarem desse novo negócio mais lucrativo, tendo em vista que a economia algodoeira estava em decadência em virtude de não ter competitividade no mercado internacional (CARVALHO, 1982).

Com a oficialização da extinção do tráfico de escravos em 1850, as elites políticas e econômicas do Maranhão tomaram a iniciativa para promover a emigração e a colonização na província, por meio da criação de um caixa especial para financiar a vinda de colonos agricultores; foi instituído um regulamento para reger a vida nas colônias, e mencionados critérios de seletividade de colonos. Em 1853, ocorreu a implantação de seis colônias com 887 imigrantes, sendo 847 portugueses e 40 chineses; dessas, quatro colônias não prosperaram. A conclusão a que chegaram os promotores dessa política de mão-de-obra foi que a província não estava em condições financeiras de promover a colonização, não tendo condições de competir com a economia cafeeira em expansão do sudeste do Brasil, e também com os EUA, a Austrália e a Argentina. (ALMEIDA, 1983).

Se o fator mão-de-obra já vinha comprometendo o desempenho da cultura algodoeira desde 1840, com a abolição da escravatura, a economia agroexportadora demonstrou que senhores e escravos estavam despreparados para enfrentar o novo quadro das relações de produção: os escravos, pela condição subcultural; os senhores, pelo hábito de considerar o escravo como instrumento inconsciente da produção, ao nível da sobrevivência, de tão baixo custo de manutenção. No Maranhão não se formou uma “mão-de-obra de transição” assalariada e escrava em trabalho conjunto como ocorrera na cafeicultura paulista.

Outro aspecto que contribuiu para esse processo de decadência da *plantation* agroexportadora do Maranhão foi o relacionado com o escoamento da produção, que utilizava o transporte fluvial nos grandes rios – Itapecuru, Mearim, Pindaré – que cortam o estado e deságuam no golfo maranhense, em São Luís. À medida que a fronteira agrícola se distanciava das margens desses rios, eram maiores as dificuldades operacionais e os custos para o deslocamento da produção. Por fim, a cotonicultura maranhense sofreu com a consequência do extrativismo da borracha amazônica – que contribuiu para disputar a pouca mão-de-obra ainda disponível no Maranhão.

À luz da teoria econômica, esse processo vivenciado pela cotonicultura maranhense deve ser entendido pelo investimento e fluxo de renda, quando comparados às funções dessas variáveis em uma economia que se industrializava, como a paulista, e outra exportadora-escravista, como se mantinha a maranhense.

Segundo Furtado (2001), na economia industrial os investimentos fazem crescer diretamente a renda da coletividade em quantidade idêntica ao investido, isto porque o investimento se transforma em pagamentos a fatores de produção, o que hoje denominamos de cadeia produtiva a montante. Na economia exportadora-escravista o resultado do investimento é inteiramente inverso. Parte dele é feito em pagamento no exterior com a importação de mão-de-obra, de equipamentos e materiais de construção. No entanto, a maior parte do investimento destina-se à aquisição da força de trabalho escravo. Desse modo, a diferença entre o custo de reposição e de manutenção dessa mão-de-obra, e o valor do produto do trabalho da mesma, era lucro para o seu proprietário mercantilista, e com um detalhe a mais: esse incremento de renda não tinha expressão monetária, pois não era objeto de nenhum pagamento.

Ressalte-se que qualquer mercadoria produzida por trabalho escravo tem um preço superior à sua similar produzida por trabalho assalariado, pois ela incorpora em seu custo de produção dois elementos extras: o valor da aquisição do escravo e o salário de quem o vigia.

Mesmo assim, o problema não se esgota no sistema de produção escravista, como sendo incapaz de acumular capital. O sul dos Estados Unidos, embora fosse uma sociedade escravista, conheceu uma crescente acumulação, e essa se fazia basicamente por uma crescente produtividade do capital, traduzida pelo crédito. Os títulos dos proprietários de escravos podiam ser descontados no mercado. Como resultado, havia acumulação de capital no interior do sistema (CALDEIRA, 1999).

A diferença em relação ao Brasil é que nos EUA essa acumulação era endógena, diferentemente do que ocorria aqui, onde a mesma, no período colonial, dava-se em Portugal, e, na fase nacional, o País não dispunha do mecanismo de crédito como o existente nos EUA.

Conforme demonstrado, fora praticamente impossível ao Maranhão estabelecer o seu desenvolvimento sustentável a partir da sua cotonicultura, que se manteve entre ascensões e crises por 128 anos. Durante o período em

Diferentes contribuições da economia algodoeira e cafeeira ao desenvolvimento do Maranhão e...

que sua economia algodoeira esteve atrelada ao Antigo Sistema Colonial, os processos de acumulação de capital e os novos planos de investimentos se davam na Europa. Na fase nacional, esse objetivo não foi conseguido pela mentalidade e prática mercantilista dos investidores maranhenses aliadas às condições estruturais, tais como custo crescente da mão-de-obra, distanciamento das áreas de produção do porto de São Luís e baixa produtividade agrícola. Também a situação de conjuntura propiciada pela produção americana, com melhores condições de competitividade no mercado internacional, exercera sua influência.

Situação completamente diferente ver-se-á quando da análise, a seguir, do que foi capaz de estabelecer, em São Paulo, a economia cafeeira capitalista do oeste paulista, em apenas 43 anos.

O COMPLEXO CAFEEIRO DO OESTE PAULISTA

O café iniciou sua história em solo paulista, no vale do Rio Paraíba, por volta de 1817, na fazenda Pau D' Alho, no atual município paulista de São João do Pau D' Alho. Seu direcionamento para o oeste do Estado de São Paulo, região de Campinas, deu-se a partir da década de 1860 (FARFEL; DIWAN, 2003).

No final do século 19 as lavouras de café, na nova região, atingiam 220 milhões de pés, ou seja, suplantavam em mais de 300% os plantios da antiga zona produtora. O avanço das lavouras de café ampliou a fronteira econômica do estado, de modo que, entre 1888 e 1898, os plantios atingiram as regiões de Ribeirão Preto, Araraquara e Botucatu. Até 1929, o oeste paulista atingiria a espetacular marca de mais de um milhão de pés. (CANO, 1990; Silva, 2002).

Nessa região o café encontrou grande disponibilidade de área e, também, condições favoráveis quanto ao clima, topografia e fertilidade do solo, permitindo que a produção se mantivesse sem queda de produtividade por vários anos, o que tinha reflexos diretos nos custos de produção.

Além disso, ainda que não fossem “modernas” para a década de 1870, as tecnologias agronômicas utilizadas no oeste paulista eram mais eficientes do que aquelas em uso no Vale do Paraíba. Essa mudança dava-se pelo maior uso do arado, pela introdução da roçadeira com tração animal para as capinas dos

cafezais, visto que um homem e um animal substituíam com vantagem o trabalho de seis escravos, por melhor racionalização na utilização da mão-de-obra (CANO, 1990).

O beneficiamento do café pós-colheita foi mecanizado, o que aumentou a produtividade e melhorou a qualidade do café para exportação, fazendo com que, na década de 1880, os produtores recebessem até 33% mais no preço do produto (TAUNAY, 1943).

O uso dessas tecnologias e a gestão da mão-de-obra, aliadas à alta fertilidade dos solos e a uma menor idade média dos cafeeiros para iniciarem a produção, fizeram com que a produtividade das lavouras do oeste paulista chegasse a ser cinco vezes maior do que a verificada na antiga região produtora (SIMONSEN, 1973).

O somatório dessas condições favoráveis aumentou a margem de lucro da cafeicultura, o que gerou a ocupação de novas terras. Entretanto, à medida que a fronteira agrícola se expandia em direção ao interior, ocorria um freio a essa possibilidade em razão do aumento do custo de transporte entre a zona produtora e o porto.

A superação dessa deficiência deu-se pela implantação das ferrovias, as quais se constituíram em uma das mais importantes atividades componentes do complexo cafeeiro do oeste paulista. Sua importância pôde ser evidenciada pelos inúmeros papéis por elas exercidos. Inicialmente, no processo de expansão da fronteira agrícola, tornando economicamente acessíveis as terras virgens do oeste paulista. Rebaixando os custos de produção ao diminuir os gastos com o escoamento do café das fazendas ao porto de exportação, anteriormente feito por tropas de muares. Contribuíram para diminuir a perda do café no armazenamento e no transporte até o porto, visto que, pela deficiência no transporte por muares, parte da produção de café estragava nas fazendas mais distantes à espera de carregamento, outra porção era extraviada durante o longo período de transporte, em virtude das precárias condições em que esse serviço era executado.

Os benefícios com o estabelecimento das ferrovias trouxeram aos produtores maiores lucros que se materializavam em novos plantios os quais necessitavam de mais mão-de-obra. Este é um dos fatos que explicam a impossibilidade da permanência do escravismo no café, dado o término do tráfico

externo e a diminuição do interno, fazendo com que a oferta de escravos, quer em termos de preço como de quantidade, não mais se adequasse à demanda. A solução viria pela via da imigração estrangeira.

Porém, essa solução acarretava um problema de ordem econômica, para o qual a classe produtora não queria arcar. O peso financeiro da imigração consistia nas despesas de transporte e instalação dos recém-chegados imigrantes. Para que esses gastos não recaíssem sobre os lucros do café, visto que redundaria na queda da taxa de acumulação, a classe produtora, agindo politicamente, conseguiu a solução estatal, ou seja, o governo de São Paulo se encarregaria de financiar a totalidade dos gastos com a imigração. Posteriormente, o governo federal passou também a financiar essa operação (CARDOSO DE MELLO, 1998). Desse modo, de 10.464 imigrantes chegados ao Estado de São Paulo, em 1872, esse número alcança 936.486 em 1900, atingindo 2,5 milhões em 1930 (SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1937).

A substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada, em oferta crescente, permitiu que se mantivesse a taxa de acumulação de capital nos níveis que propiciavam novos investimentos, em virtude da flexibilidade dos salários, permitindo a baixa dos mesmos, e a dispensa – pelo menos temporariamente – de alguns trabalhadores, durante algumas fases da lavoura e nas crises mais agudas da economia cafeeira.

Outro fator interligado à produção cafeeira foi a diversificação da agricultura paulista, que contou com participação do imigrante, desta feita funcionando como colono. Essa produção foi responsável pelo fornecimento dos produtos básicos da alimentação do trabalhador a preços não inflacionados, o que repercutia no piso salarial pago pela agricultura e indústria paulista.

Além desse aspecto, a diversificação da agricultura paulista contribuiu para a expansão de centros urbanos, como a cidade de São Paulo, e de alguns outros núcleos regionais, como Campinas, Ribeirão Preto e Araraquara, por motivo análogo ao ocorrido com os setores produtivos.

À medida que o negócio do café se expandia no oeste de São Paulo, várias outras atividades econômicas de caráter urbano surgiram e passaram a interagir com a economia cafeeira. A sinergia que essas atividades desempenham com a economia cafeeira é tratada na seção seguinte, cuja análise demonstra como se processou endogenamente o complexo capitalista do oeste paulista.

O CAPITAL CAFEIEIRO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO PAULO

É importante esclarecer alguns fatores que antecederam a economia cafeeira do oeste paulista, os quais funcionaram como uma “acumulação primitiva” para o complexo que se estabeleceu a partir de 1886.

Entre 1765-1775, quando o Maranhão iniciava a economia algodoeira, a Capitania de São Paulo era governada por Morgado de Mateus, figura excepcional nos quadros da administração pombalina; imbuído do espírito iluminista, iniciando o desenvolvimento paulista, a partir da lavoura canavieira que passou a atender o mercado mundial (MATOS, 1990). Tão importante foi esse ciclo paulista do açúcar que Ellis Júnior (1951) chega a afirmar que, sem ele, “teria sido impossível a expansão cafeeira e a conquista dos sertões do oeste paulista”.

Nas três primeiras décadas do século 19, o café tornara-se um produto de consumo mundial, e o Brasil alcançou a liderança da produção. Esse produto assumiu as exportações brasileiras e sul-americanas (SIMONSEN, 1973). O centro de produção era o Vale do Paraíba e a zona serrana do chamado “Norte de São Paulo” (MATOS, 1990).

Na segunda metade desse século, a ferrovia desempenhou um papel fundamental para viabilizar e expandir a cultura do café em São Paulo. A ferrovia Santos–Jundiaí, concluída em 1867, com seus 140 km financiados pelo capital inglês, foi fundamental para diminuir o custo de escoamento da produção; poupar trabalho escravo, que já se tornava escasso em virtude da Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proibiu o tráfico de escravos africanos para o Brasil; melhorar a qualidade do café, pelo menor tempo gasto no escoamento da produção (CARDOSO DE MELLO, 1998). De 1867 a 1929, a rede ferroviária do estado atingiu 7.100 km, destacando-se a década de 1870, em que ocorrera a sua maior expansão, passando de 140 km para 1.212 km (MATOS, 1990).

Por sua vez, a expansão da malha ferroviária não era apenas um interesse dos produtores de café. A essa época os países centrais já estavam na segunda Revolução Industrial, com ociosidade de capitais. Era fundamental que esses capitais encontrassem espaços de investimentos nas novas áreas periféricas que se incorporavam ao sistema capitalista. Uma solução encontrada pelos países industrializados foi construir ferrovias.

O problema da escassez de mão-de-obra contou com a imigração, que vinha sendo tentada pela economia escravista desde 1850, tendo o apoio do governo da Província de São Paulo, que em 1881 passou a financiar 50% das despesas de transporte, assumindo em 1885 o total financiamento (COSTA, 1966). Esse aspecto foi responsável pelo desdobramento da acumulação de capital mercantil, ao estabelecer um novo tempo histórico vinculado ao trabalho livre e à acumulação capitalista de capital. O complexo cafeeiro do oeste paulista soube vivenciar essa transição ao colocar a acumulação de capital mercantil gerada pela escravidão a serviço da sua revolução burguesa.

No plano político, destaca-se o pacto federativo, uma invenção dos líderes da independência americana, no final do século 18, para construir a unidade das 13 colônias recém-emancipadas da Inglaterra. No Brasil, ele surge com o Manifesto Republicano de 1870 e se consolida com a Constituição de 1891, desintegrando o Estado Imperial unitário e permitindo a manifestação do poder regional. Foi nas brechas desse impulso regionalista que se engendrou, segundo Camargo (2001), um “federalismo caboclo” que se deformou, e adaptou o Estado aos interesses das oligarquias regionais, que dominaram a primeira década do século 20, sobretudo a oligarquia cafeeira do oeste paulista que muito bem soube aproveitar essa posição.

Apoiada nesses fatores antecedentes que lhe beneficiava, a classe produtora de café, do oeste paulista, passou, a partir da década de 1890, a trabalhar junto aos governos da República e de São Paulo por políticas econômicas que viessem beneficiar o negócio do café. Inicialmente, com a política monetária, que era restritiva aos interesses desse segmento econômico, tanto na expansão da base monetária quanto nos juros cobrados. Essa situação se alterou: a política monetária direcionou-se às lavouras de exportação, eliminando as restrições existentes (PELÁEZ, 1980).

Em seguida, destacaram-se as desvalorizações cambiais do início da República. Estas foram um poderoso estímulo à produção de café. Ao promover a queda do preço em moeda estrangeira, mantinha-o elevado internamente e, com isso, garantia lucratividade na cafeicultura, de modo que, ao final do século, já havia excesso de produção. No entanto, sua permanência tinha efeitos danosos em outros setores da economia: encarecia as importações e afetava o imposto de importação, a principal fonte de receita governamental (OLIVEIRA, 1981).

Como consequência dessa situação, formou-se um consenso nacional em favor da intervenção no mercado produtor de café, o que ocorreu com a eliminação do mecanismo pelo qual se dava proteção à renda dos cafeicultores: a contínua desvalorização da taxa de câmbio.

Estes reagem com o movimento pela valorização da produção, que não ocorreu nos primeiros anos do século 20 em virtude da melhoria nos preços internacionais do café. Mas a previsão de uma safra recorde para o ano agrícola de 1906-1907 fortaleceu esse movimento que se tornou realidade por meio do Acordo de Taubaté, em 1906. Posteriormente, sucederam-se os planos de valorização, em 1917 e 1921. Estava institucionalizada a política de defesa do café.

Em fins de 1924, o governo federal transferiu essa política ao governo do Estado de São Paulo. Em 1926, tornou-se efetiva com a denominação de Instituto de Café do Estado de São Paulo, e a transformação do antigo Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo no Banco do Estado de São Paulo, que passaram a financiar o café estocado nos armazéns reguladores (VILLELA; SUZIGAN, 2001).

Essas medidas incentivaram novos plantios que se deram a partir de 1926, contribuindo para que fosse ultrapassada a quantidade de mais de um milhão de pés plantados no estado. Essa população de cafeeiros iria contribuir, quando em produção, para ativar a crise que se instalou no agronegócio do café em 1929 (DELFIM NETTO, 1966).

Todos esses fatores, aliados à pujança da cafeicultura após 1886, contribuíram para estabelecer o Complexo Cafeeiro Capitalista do Oeste Paulista. Este, por sua vez, funcionou para implantar as Raízes da Industrialização em São Paulo, por intermédio de ações que contaram com o apoio e atitudes dos cafeicultores e dos demais segmentos da sociedade envolvidos nos negócios do café.

Essas posturas foram responsáveis pela criação de organismos governamentais de interesse da agricultura: o Instituto Agrônomo de Campinas, em 1887, que teve como um dos seus idealizadores o ministro da Agricultura do Império, e também fazendeiro de café, Antônio Prado; a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1892; no âmbito desta, foi criada em 1899, a revista técnica *Boletim da Agricultura* que divulgava dados estatísticos e informações aos produtores, às indústrias e ao comércio

relacionados com a agricultura. Em 1898 foi criada a Escola Agrícola Prática de Piracicaba, que se transformaria na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, a partir de 1925 (MARTINS, 1991; PINO et al., 2003).

Além da instalação da “Luiz de Queiroz”, foram estabelecidas a Escola Municipal de Agricultura de Batatais, em 1900, a Escola de Trabalhadores Rurais de Araras e o Aprendizado Agrícola “Dr. Bernardino de Campos”, em Iguape, ambas em 1902. Em 1923, em função da infestação da broca-do-café, criou-se a Comissão de Estudos e Debelação da Praga Cafeeira, origem do Instituto Biológico, instalado em 1927, com a denominação de Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal (INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA, 1971)

Os novos investimentos promovidos pelo capital cafeeiro, ou em função dele, direcionaram-se também para atividades nitidamente urbanas, destacando-se: a industrial, a bancária, os escritórios, a armazenagem, as oficinas, os comércios atacadista de exportação e importação, e varejista, o transporte urbano, a comunicação, a energia elétrica, a construção civil, etc. Todo esse complexo de atividades termina por influir, também, na expansão do aparelho do estado. Essas novas ocupações econômicas, ao fazerem sinergias com aquelas da lavoura cafeeira, propiciaram a decolagem do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo.

Quanto à indústria paulista, em 1907, o valor da sua produção representava 15,9% da produção brasileira; em 1918 passara para 32,5%. Essa expansão foi financiada pelo excedente de capital cafeeiro, cujas exportações, nesse período, atingiram 364,8 milhões de libras, enquanto a borracha, segundo produto em valor nas exportações, chegou a 83 milhões de libras (CANO, 1990).

Também teve um importante impulso advindo da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a qual fez diminuir as importações brasileiras. O porto de Santos registrou no período da guerra queda de 73% na importação de máquinas, em relação a 1909-1913 (BRENER, 2004).

Essa industrialização, denominada de substituição de importações, concentrou-se inicialmente nos bens de consumo não duráveis – roupas, alimentos e bebidas – que exigiam pouca transferência de tecnologia.

Com o seu desenvolvimento, passou a atender vários segmentos que demandavam seus produtos, tais como a fabricação de máquinas e implementos para a atividade agrícola e para o beneficiamento do café; a produção de sacarias

de juta para a embalagem do café; e o de bens de consumo corrente para atender a mão-de-obra assalariada do complexo cafeeiro, e também a população que se urbanizava.

O surto de industrialização no estado prosseguiu com o gradual aumento da produção até 1923, após o que seu ritmo foi freado por causas exógenas, tais como o movimento revolucionário de 1924, a crise energética que durou até 1926, e a grande depressão de 1929. Somente a partir de 1933, a indústria paulista retomou o seu crescimento (VILLELA; SUZIGAN, 2001). Contudo, as bases da liderança nacional nesse setor já estavam lançadas.

Entretanto, a atividade cafeeira, compreendida desde a produção até a exportação, não teve os aspectos negativos de uma acentuada concentração de renda, nem de uma excessiva dispersão de seu excedente, qualidades que não ocorreram com a economia algodoeira do Maranhão.

Essa atividade foi, sem qualquer dúvida, superior a qualquer outra do País, seja na dimensão absoluta, seja na capacidade geradora do dinâmico processo de acumulação, seja na capacidade de novos investimentos e conseqüentemente na expansão do mercado interno (CANO, 1990). Para tanto, contou na sua dinâmica com as mais avançadas relações capitalistas de produção à época, postas em prática pela burguesia cafeeira de São Paulo, bem como o suporte da política econômica, oriunda dos interesses dessa burguesia.

CONCLUSÃO

Os exemplos demonstrados por esta pesquisa, a respeito da produção de algodão no Maranhão, de 1760 a 1888, e do café em São Paulo, 1817 a 1929, e seus respectivos desdobramentos no desenvolvimento dessas regiões podem esclarecer aspectos importantes para o comportamento da nossa economia agrícola atual e o seu papel na busca de um desenvolvimento sustentável.

O processo produtivo, mesmo financiado com recursos externos à sua área de produção, não pode descartar a real possibilidade de promover uma acumulação endógena de capital. No caso do algodão maranhense, fica evidente que as condições para tal não lhe foram permitidas, ao exteriorizar, por forças da conjuntura e da estrutura da época, a maior parte do seu excedente de capital produzido na atividade agrícola. Situação inversa vivenciou a cafeeira

paulista. Todavia, não basta que ocorra o processo de acumulação de capital na região na qual se dá a produção. É de vital importância o planejamento dos novos investimentos a serem feitos, tanto no próprio setor produtivo em questão como na sua diversificação. O exemplo demonstrado pelo Complexo Cafeeiro Capitalista do Oeste Paulista mostra que a diversificação nos novos investimentos não apenas estabeleceu oportunidades para a aplicação do excedente de capital gerado pela produção cafeeira como estabeleceu uma nova rede de produção em segmentos variados da economia, fator importante para a manutenção do crescimento econômico. Tal situação não ocorrera na economia algodoeira do Maranhão, cuja maior parte dos investimentos era realizada na metrópole, e, mais que isso, em investimentos sem sinergia com os negócios do algodão, conforme demonstrado pela pesquisa.

Acumulação de capital e novos investimentos necessitam, para manter a sustentabilidade do desenvolvimento econômico, do emprego das inovações. A produção algodoeira maranhense não foi capaz de competir em preço, no mercado internacional, com a produtividade norte-americana, a qual produzia a partir de técnicas com melhor adaptação a esse segmento produtivo; pelo contrário, manteve-se com processos produtivos arcaicos e até mesmo não adaptados às condições ecológicas tropicais. Os produtores de café do oeste paulista perceberam essa questão, de modo que, em 1887, nasceu o Instituto Agrônomo de Campinas, instituição responsável pela pesquisa agrônoma, juntamente com os estabelecimentos de ensino direcionados à agricultura surgidos nas décadas posteriores.

As políticas econômicas utilizadas nas duas economias aqui pesquisadas revelam a importância desse mecanismo para o atendimento de metas a serem alcançadas. A produção algodoeira maranhense, na sua fase de boom econômico, fora regida pelo mercantilismo, tanto em sua face de “política econômica de uma era de acumulação primitiva” quanto no seu sentido de “política econômica dos estados modernos monárquico-absolutistas”.

No caso da produção cafeeira do oeste paulista, as classes produtoras souberam muito bem trabalhar pela implementação de políticas que as beneficiassem, desde a imigração, ainda no Império, as desvalorizações cambiais do início da República, os sucessivos planos de valorização do café, e aquelas para gerar conhecimento e inovações; fatores imprescindíveis aos objetivos da acumulação de capital.

Esse aspecto das políticas públicas, dirigidas à gestão do agronegócio, embora não seja o tema central desta pesquisa, por isso mesmo não teve o detalhamento necessário, merece um maior aprofundamento, em pesquisa futura, dada a importância que elas assumem no planejamento do desenvolvimento, principalmente local ou regional. A esse respeito é importante o que esclarece Amaral Filho (2001) ao demonstrar que há um amplo consenso em relação à idéia de que os processos e as instâncias locais levam enorme vantagem sobre as instâncias governamentais centrais, na medida em que estão mais bem situadas em termos de proximidade com relação às potencialidades dos produtores, e das vantagens comparativas e competitivas do local onde ocorre a produção. Aspectos importantes a serem considerados na formulação das políticas públicas que visem ao desenvolvimento rural.

Desse modo, torna-se importante que o agronegócio, estabelecido na grande maioria dos municípios brasileiros, deixe de ser um processo produtivo aleatório à comunidade que o acolhe, mas passe a ter na sua região, por parte dos seus segmentos representativos, a preocupação em bem planejar o seu desenvolvimento, tomando por base as variáveis aqui demonstradas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, C. P. de. **O mercado de algodão em pluma**: subsídios à fixação de preços mínimos. Fortaleza: UFC, 1980. Dissertação de Mestrado.
- ALMEIDA, A. W. B. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. São Luís: IPES, 1983.
- AMADO, J.; FIGUEIREDO, L. C. **O Brasil no império português**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 23, p. 261-286, jun., 2001.
- AMARAL, L. **História geral da agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, vol. 2, 1958.
- ARRUDA, J. J. de A. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1980.

Diferentes contribuições da economia algodoeira e cafeeira ao desenvolvimento do Maranhão e...

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1966. v. 2.

BRENER, J. Das cinzas da guerra, um novo Brasil. **História Viva**, São Paulo, ano I, n. 3, p. 84-9, 2004.

CALDEIRA, J. **A nação mercantilista**: ensaios sobre o Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

CAMARGO, A. Federalismo e identidade nacional. In: SACHS, I; WILHEIM, J; PINHEIRO, P. S. (Org.). **Brasil**: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CARVALHO, C. J. de. **Ascensão e crise da lavoura algodoeira no Maranhão (1760-1910)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1982. Dissertação de Mestrado.

COSTA, E. V. da. **Da colônia à senzala**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

DELFINETO, A. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: FCEA/USP, 1966. (Boletim, 5).

DERMIGNY, L. Saint Domingue au 17 et 18 siècles. **Revue de Histoire**, Paris, n. 204, p. 237-8, 1950.

ELLIS JÚNIOR, A. **O café e a Paulistânia**. São Paulo: USP, 1951.

FALCON, F. **Mercantilismo e transição**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FARFEL, N; DIWAN, P. S. Fazenda Pau D'Alho: testemunha silenciosa das riquezas e memórias de uma era. **História Viva**, São Paulo, ano I, n. 2, encarte, 2003.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2001.

F. B. da C. Barbosa

GAIOSO, R. I. S. de. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970.

HIRANO, S. **Pré-capitalismo e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1988.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Desenvolvimento da agricultura paulista**. São Paulo, 1971.

LIMA, H. F. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

MARTINS, Z. **Agricultura paulista: uma história maior que cem anos**. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1991.

MATOS, O. N. de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1990.

MEIRELES, M. M. **Historia do Maranhão**. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

NORTH, D. C. **The economic growth of the United States, 1790-1860**. New York: W. W. Norton & Company, 1966.

OLIVEIRA, F. A. de. **A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

PELAÉZ, C. M. Uma análise econômica da história do café brasileiro. In: NEUHAUS, P. (Coord). **Economia brasileira: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 317-355.

PINAZZA, L. A; ALIMANDRO, R. Fibra resistente: da proibição da rainha à abertura do governo, a cotonicultura brasileira resiste e ensaia passos de recuperação. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, p. 14-21, nov., 2000.

PINO, F. A; SILVA, C. R. L. da; CAMPOS, R. M. de; TURRI, M. A. C. Agricultura em São Paulo, 50 anos. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. vii -xiii, 2003.

PRODANOV, C. C. **O mercantilismo e a América**. São Paulo: Contexto, 1990.

REZENDE, C. **História econômica geral**. São Paulo: Contexto, 2000.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Boletim da diretoria de terras, colonização e imigração**. São Paulo, 1937.

Diferentes contribuições da economia algodoeira e cafeeira ao desenvolvimento do Maranhão e...

SILVA, L. M. O. A apropriação territorial na primeira república. In: SILVA, S; SZMRECSÁNYI, T. **História econômica da primeira república**. São Paulo: Edusp, p. 157-169, 2002.

SIMONSEN, R. **Evolução industrial de São Paulo e outros aspectos**. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

_____. **História econômica do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

STEIN, S. J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TAUNAY, A. de E. **História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1943. v. 15.

TRIBUZI, J. P. G. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. São Luís: FIPES, 1981.

VILLELA, A. V; SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945**. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001.